

NOMEAR UMA AUSÊNCIA É FAZER COM QUE ELA EXISTA: POESIA E POLÍTICA EM *POEMAS PARA LER ANTES DAS NOTÍCIAS*

FELIPPE NILDO OLIVEIRA DE LIMA *

ANA CRISTINA MARINHO LÚCIO **

RESUMO

Este trabalho enfoca a antologia de poesia contemporânea brasileira *Poemas para ler antes das notícias* (2019), lançada pela revista *Cult*, com curadoria de Alberto Pucheu. Mediante a leitura de três poemas – “máscaras brancas”, de Heleine Fernandes; “Eusébio”, de Josoaldo Lima Rêgo; e “Presente”, de Diego Vinhas –, discutimos a presença na antologia da denúncia de assassinatos recentes contra corpos negros e indígenas. Na contramão da violência de Estado, os/as poetas situam os vazios deixados pelos corpos vitimados pelo racismo, reverberando seus nomes no tempo presente e firmando compromissos políticos entre mortos/as e sobreviventes.

PALAVRAS-CHAVE: Antologia poética. Violência de Estado. Negros. Indígenas.

POESIA QUE DESARMA: A CURADORIA EM POEMAS PARA LER ANTES DAS NOTÍCIAS

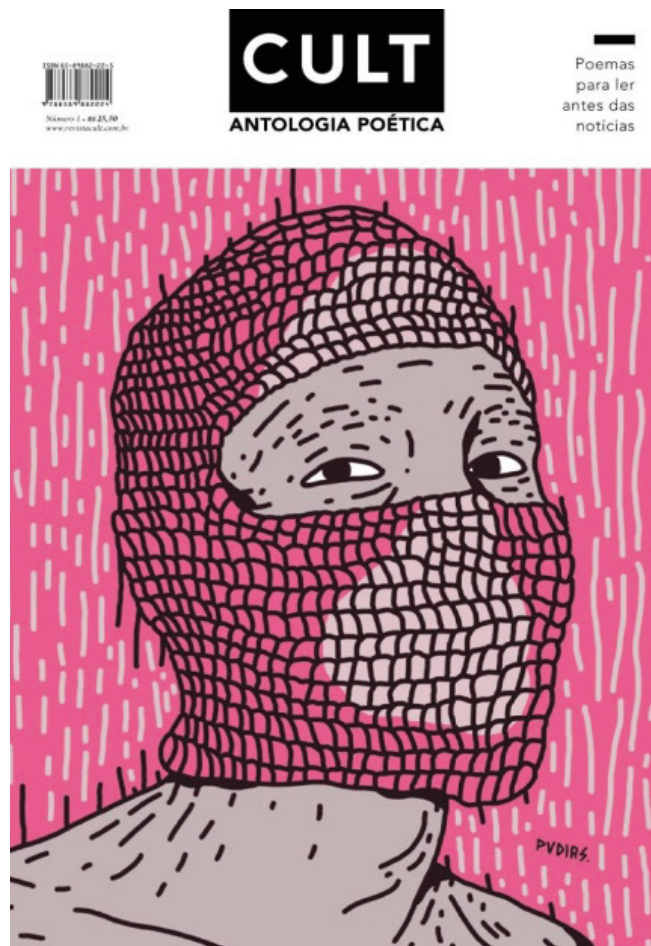
A antologia *Poemas para ler antes das notícias*, lançada pela revista *Cult* em agosto de 2019, possuiu como curador responsável o poeta, ensaísta e professor universitário Alberto Pucheu. De circulação nacional, sendo possível adquiri-la em bancas de revista, livrarias ou diretamente no site da *Cult*, a referida produção encabeçou uma sequência de outras três antologias poéticas. Juntas, as edições trouxeram ao público leitor vários nomes atuantes na/da poesia contemporânea brasileira das duas primeiras

* Doutorando em Letras – Estudos Literários pela Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, Brasil. E-mail: felippeletras@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0459-8508>.

** Professora titular do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Universidade Federal da Paraíba, Campus I, João Pessoa, PB, Brasil. E-mail: ana.marinho@academico.ufpb.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8137-6418>.

décadas do século XXI. As publicações compartilham algumas peculiaridades materiais que chamam atenção: o formato 21,50 x 32 cm (pouco comum em edições de livros e revistas) e uma organização visual/imagética bastante rica e multicolor, estando os poemas acompanhados de trabalhos de diversos artistas visuais da cena contemporânea brasileira. *Poemas para ler antes das notícias* conta com trabalhos artísticos de 32 poetas e de 7 artistas visuais. A esse respeito, a presença das artes visuais nas antologias é um elemento que se reconhece desde o primeiro contato com as produções, a exemplo do trabalho do artista paraense PV Dias, que dá corpo à capa do primeiro volume das antologias poéticas.

Imagem 1 – Capa de Poemas para ler antes das notícias (2019)



Fonte: Perfil de Facebook da revista *Cult*. Disponível em: <<https://www.facebook.com/revistacult/posts/2486875388037950/>>. Acesso em: 18 jan. 2024.

Além da heterogeneidade de linguagens que dá forma à sua materialidade, ao travarmos uma leitura mais aprofundada da primeira antologia, enfatizando a seleção dos/as poetas e seus textos por parte do curador da produção, desponta como uma das potencialidades da obra a diversidade de grupos sociais que se enunciam nos poemas, reverberando diferentes manejos estéticos e engajadas percepções políticas em torno da poesia no contemporâneo. Em *Poemas para ler antes das notícias*, a multiplicidade das vozes dos sujeitos autores converge com o interesse de seu curador de privilegiar poetas que estariam de fora dos grandes circuitos de difusão cultural, com destaque para jovens autores/as com produções alheias às editoras de maior influência econômica. Na seção “Editorial” da publicação, Alberto Pucheu nos diz que, ao mesmo tempo em que buscou selecionar exclusivamente “poetas vivos”, primou por não trazer no escopo da produção “[...] poetas com obras consolidadas, que têm recebido prêmios significativos, ocupado instituições de renome e outros lugares de visibilidade” (Cult, 2019, p. 5).

Os recortes empreendidos em sua organização garantem à antologia falares e fazeres poéticos de mulheres, negros/as, indígenas, nordestinos/as, indivíduos periféricos e pessoas LGBTQIA+, estando essas corporeidades e identidades muitas das vezes mescladas em cada poeta, como parte do fenômeno da democratização na arena das vozes poéticas contemporâneas, movimentação política de inclusão e protagonismo de alteridades historicamente marginalizadas, como observa Beatriz Resende (2008) ao caracterizar a literatura brasileira do século XXI. O curador privilegia uma interface declaradamente política da poesia contemporânea que acompanha as vivências de seus/as autores/as e suas coletividades, dando vazão a uma poesia que, no dizer de Alberto Pucheu, “[...] assume seu fazer como uma tentativa de desarmar os poderes constituídos de nosso tempo” (Cult, 2019, p. 4).

Gustavo Silveira Ribeiro, em artigo que analisa a antologia poética *Vinagre: uma antologia de poetas neobarrocos*, organizada por Fabiano Calixto e Pedro Tostes, e publicada em meio às Jornadas de Junho de 2013, destaca uma “guinada” ou uma forte presença da “imaginação política” na lírica contemporânea brasileira, que, diga-se de passagem, não é novidade em nossa literatura, matizada por duas importantes vertentes:

[...] a retomada de uma dicção política no universo da poesia brasileira do presente responde, acredito, a múltiplos fatores, em meio aos quais

devem ser considerados a) o acirramento das disputas ideológicas em torno do lugar e do papel da arte num mundo em flagrante processo de desagregação, cujas estruturas tradicionais de poder e representação política se desfazem com a mesma velocidade com que crescem a desigualdade e a catástrofe ecológica, realidade de que o país certamente é parte e b) uma leitura crítica da história recente da própria poesia no Brasil, dedicada, na década anterior – e é sempre preciso ter em mente os casos de exceção e desvio – à consideração prioritária de outros debates, quase todos voltados a filiações estéticas e a dilemas da tradição moderna da cultura brasileira. (Ribeiro, 2015, p. 167-168)

Incorporando-se a poemas e livros que aprofundam e tensionam as aproximações entre poesia e política, é interessante destacar que ambas as antologias, por mais que invistam na heterogeneidade de vozes/corporalidades poéticas que lhe integram, têm a representação da violência do Estado e seus algozes como um “fio comum” que vincula seus poemas, como nota Ribeiro (2015) ao observar o todo das produções que constam em *Vinagre*. Também evidenciamos essa partilha/comunidade em torno da violência desde o processo de seleção dos textos poéticos que compõem a antologia organizada por Alberto Pucheu, demarcando seu posicionamento político/poético: “Parafrazeando uma das poetas, trata-se de poemas-denúncias; parafrazeando outra, trata-se, certamente, de assumir um posicionamento do lado dos matáveis, para que sejam amáveis e não matáveis” (Cult, 2019, p. 4-5).

Nessa direção, chamou nossa atenção em *Poemas para ler em nosso tempo* a forte presença do teor testemunhal (Seligmann-Silva, 2022) em alguns de seus textos que gravitam em torno de mortes engendradas no que vem sendo teorizado a partir do termo *necropolítica*, encabeçado por Achille Mbembe. Amparando-se em conceitos caros ao pensamento ocidental, como razão, biopolítica, soberania e estado de exceção, o teórico empreende uma releitura do projeto de soberania na modernidade, que define justamente “[...] quem importa e quem não importa, quem é ‘descartável’ e quem não é” (Mbembe, 2018, p. 41). O camaronês lança seu olhar para as políticas de morte na contemporaneidade e seus vínculos com a ideia de raça, fundamentados historicamente, dentre outros aspectos, na invasão colonial, no regime econômico da *plantation* e na escravização de corpos negros.

Atenta à produção sanguinolenta e lucrativa de vítimas fatais de uma guerra forjada contra populações específicas, parte considerável dos poemas presentes na antologia se mostra tensionada pelo contexto de violência massificada de nosso tempo, que tem como suas mais prováveis vítimas corpos negros e indígenas. Diante do persistente genocídio dos povos originários no Brasil, bem como do trauma da escravidão e suas implicações ao longo dos séculos, que resultam no massacre continuado empreendido pelos aparelhos de Estado contra a juventude negra periférica, alguns/as dos/as poetas da antologia tomam para si o dever de denunciar crimes perpetrados contra essas minorias políticas. Postura poética calcada no que Judith Butler denomina como sendo uma relação ética de “[...] reversibilidade da proximidade e da distância” (2018, p. 132), que nos torna vivos/as e sensíveis para o sofrimento do outro.

Assim, na contramão do embrutecimento dos sentidos perante a repetição cotidiana nos veículos midiáticos de crimes gerenciados pelo racismo e pelo abuso de poder, a presença da ética nesses poemas faz com que entendamos “[...] que o que acontece lá também acontece aqui e que ‘aqui’ já é necessariamente outro lugar [...]” (Butler, 2018, p. 134). O poema como um “aqui”, lugar de tentativa de enunciação da dor do outro, é um subterfúgio de onde se traçam alianças entre mortos/as e vivos/as (ou sobreviventes). Sendo um ato de reação à ausência forçada da alteridade, visto que o outro só adentra a enunciação literária quando já não possui vida, o poema é espaço de inscrição que reclama o luto por essa vítima: alguém que, assim como o eu que manipula a palavra poética, sentiu dor, sede, fome, frio, desejo...

Lutar contra o apagamento dessas mortes é se posicionar à revelia do esquecimento que vítimas negras e indígenas sofrem perante mídia, justiça e opinião pública. Diante desses vazios de difícil significação, os/as poetas elaboram seus percursos de nomeação da dor do outro (que, em certo sentido, também é sua) como exercícios éticos de restituição de alguma dignidade para vidas esmagadas pelo arbítrio da violência sistemática. Nem que seja para trazer publicamente, mais uma vez e para além dos noticiários e dos vídeos rapidamente compartilhados nas redes sociais, a dignidade do nome próprio dessas vítimas. Cada pessoa merece ter seu próprio nome reconhecido. Eis a forma de firmar um lugar para uma existência no mundo: seu nome próprio. Ele se apresenta já antes de uma pessoa nascer, quando, ainda na barriga da mãe, é um jeito de dizer ao mundo que um ser está por vir. Acompanha uma pessoa do nascimento até a morte. Para que se

conheça alguém, antes de tudo é preciso saber seu nome. Este é importante porque é um traço que identifica alguém perante o mundo.

O nome é parte integrante da pessoa, e quando se relaciona a uma vítima da necropolítica, sua restituição no poema desloca essa vítima do amontoado quantitativo dos números das estatísticas, ancorando seu nome e sua memória à sensibilidade de quem é afetado/a por sua nomeação. Nesse sentido, “[...] a pronúncia de um nome pode ser tomada como a forma mais extraordinária de reconhecimento, especialmente quando uma pessoa foi destituída de um nome, ou quando o nome foi substituído por um número [...]” (Butler, 2018, p. 223). Nomear uma ausência é fazer com que ela exista. Dessa forma, trazemos para uma leitura mais detida a seguir três dos *Poemas para ler antes das notícias*: “máscaras brancas”, de Heleine Fernandes; “Eusébio”, de Josoaldo Lima Rêgo; e “Presente”, de Diego Vinhas. Nos textos, observamos, dentre outros aspectos, a reivindicação nos poemas dos direitos ao luto e à lamentação (Butler, 2016) por vidas precarizadas e ceifadas pela necropolítica e seu projeto de “[...] pilhagem de corpos negro-africanos e ameríndios” (Rufino, 2019, p. 68). Postura poética que busca manter vivas as memórias desses corpos e mensurar aquilo que não tem nome: o vazio de suas ausências.

ATIRAR COM PALAVRAS: “MÁSCARAS BRANCAS”, DE HELEINE FERNANDES

Em alguns dos textos integrantes de *Poemas para ler antes das notícias*, a ausência de sentido de uma vivência em sociedade na qual o desrespeito à vida está cimentado na transitoriedade do dia a dia mobiliza os/as poetas a manifestarem o estranhamento da poesia frente ao caos, evidente no seu posicionamento sempre a contrapelo em relação à barbárie instituída como norma. A palavra poética declara seu assombro ao nos lembrar de que só “uma bala bastava. O resto era vontade de matar, era prepotência”¹, como diz Clarice Lispector sobre os 13 tiros que deram cabo de Mineirinho, mobilizando a escrita de uma famosa crônica da autora. A repugnância pelo dilaceramento violento que atravessa os corpos mais matáveis, como são os corpos negros à mercê do arbítrio das instituições brasileiras de segurança pública, ecoa em nosso tempo no poema de Heleine Fernandes, “máscaras brancas”.

1 Essa fala de Clarice Lispector faz parte de uma entrevista concedida ao repórter Júlio Lerner, em 1 de fevereiro de 1977, para o programa “Panorama”, da TV Cultura. O vídeo está disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=ohHP112EVnU>>. Acesso em: 21 jan. 2024.

A tragédia do nosso cotidiano, a céu aberto e em plena luz do dia, é relatada no texto que escancara o impacto dos 257 tiros disparados pelo Exército brasileiro na cidade do Rio de Janeiro, em um domingo, dia 7 de abril de 2019, no bairro de Guadalupe, contra Evaldo Rosa dos Santos, sua esposa grávida, seu filho, uma afilhada do casal e o padrasto da esposa de Evaldo. As cinco pessoas estavam dentro de um carro a caminho de um chá de bebê quando foram surpreendidas pelos disparos. Dentre os 257 tiros de fuzil e pistola, 62 perfuraram o carro da família, matando o músico e segurança Evaldo Rosa dos Santos, de 51 anos. No mesmo instante, Luciano Macedo, catador de material reciclável que passava pelo local, foi socorrer a família, acabou sendo atingido pelas balas e morreu dias depois. Diante desse crime, nomeado pela mídia na época como “Caso dos 80 tiros”, Heleine Fernandes, poeta negra, pesquisadora de Teoria Literária, nascida e criada na comunidade da Rocinha, endereça o seguinte poema-protesto-homenagem a Evaldo Rosa dos Santos e sua família:

máscaras brancas
(Heleine Fernandes)

em homenagem a Evaldo Rosa dos Santos e sua família

1.
os dez soldados de Guadalupe.
a família que ia ao chá de bebê.
era um domingo de sol
e todos já tinham almoçado.
o caveirão camuflado
e os uniformes
vestiam peles negras
que não eram panteras,
mas cães treinados
para o holocausto.
os soldados olharam a família
através do vidro
e não se reconheceram.

o carro não era insulfilmado.
ao vivo
e a cores
o pelotão de fuzilamento
(menos 1
que por um instante duvidou do comando)
atirou contra si mesmo
na frente do conjunto habitacional.

2.
quem conta a história de soldados negros
que fuzilam uma família negra
em um dia de sol?
a quem interessa colocar os negros
na linha de frente
de mais um enredo de tragédia?
de que cor é a mão que escreve
a narrativa na qual os protagonistas
são exterminados no final?
(Cult, 2019, p. 26)

Em “máscaras brancas”, os sentidos da dissimulação do real em nosso tempo e da urgência política e ética de a poesia atacar a realidade e seus semblantes chamam atenção desde seu título. O poema busca ver o que (e quem) está por detrás do “caveirão camuflado” e dos “uniformes” em um “domingo de sol” aparentemente como outro qualquer. Tendo em vista as relações intertextuais mantidas com a obra *Pele negra, máscaras brancas*, de Frantz Fanon, o olhar da poeta, como bala disparada, quer atravessar os invólucros que encobrem a violência dos tiros dos soldados contra Evaldo Rosa dos Santos e família. Esses disfarces, justamente as “máscaras brancas”, ou o processo de racismo mascarado propulsor do genocídio histórico de negros/as brasileiros/as, como nos revela Abdias do Nascimento em *O genocídio do negro brasileiro*, são os mesmos que, no dia do assassinato, “vestiam peles negras/ que não eram panteras,/ mas cães treinados/ para o holocausto.”

Heleine Fernandes desfere suas palavras contra as táticas da branquitude que, ao considerar “[...] qualquer movimento de conscientização afro-brasileira como ameaça ou agressão retaliativa” (Nascimento, 2016, p. 94), sabota, em sujeitos negros, as possibilidades de consciência racial, fazendo com que homens negros matem outros homens negros justamente por sua cor ser concebida como um perigo iminente/ imanente. O trabalho da modernidade colonial de assumir o comando psíquico e físico das elaborações corporais e subjetivas a partir do padrão branco forja uma autopercepção fragmentária no sujeito negro, na qual “O conhecimento do corpo é uma atividade puramente negacional. É um conhecimento em terceira pessoa. Ao redor do corpo, reina uma atmosfera de clara incerteza” (Fanon, 2020, p. 126). O desprestígio, a demonização e a objetificação de estéticas, modos de vida, representações simbólicas e valores e crenças relacionadas diretamente às negritudes roubam dos/as negros/as o reconhecimento de si nas alteridades que com eles/as partilham a cor e as opressões raciais, no interior de um projeto interessado em “[...] negar ao negro a possibilidade de autodefinição, subtraindo-lhe os meios de identificação racial” (Nascimento, 2016, p. 94).

Nessa construção ideológica, os/as brancos/as refletem o poder, a beleza e a pureza, e, por sua vez, “[...] o negro, irrefletidamente, escolhe a si mesmo como objeto passível de ser portador do pecado original. Para esse papel, o branco escolhe o negro, e o negro que é um branco também escolhe o negro” (Fanon, 2020, p. 202-203). Vinculada à noção de raça mantida pela branquitude, a matriz colonial no Brasil admite que “[...] um descendente africano, para ter acesso em qualquer degrau da escada social, é porque já não é mais um negro: trata-se de um assimilado que deu as costas às suas origens, ou seja, um ‘negro de alma branca’” (Nascimento, 2016, p. 116). Nos moldes de uma “[...] coação capaz de produzir a subcultura que os leva a uma identificação com o branco” (Nascimento, 2016, p. 90), a aparelhagem racial das estruturas de segurança de nosso país faz com que soldados negros vejam em outros/as civis negros/as um risco, uma ameaça ou um/a inimigo/a que deve ser eliminado, solapando qualquer possibilidade de reconhecimento mútuo: “os soldados olharam a família/ através do vidro/ e não se reconheceram./ o carro não era insulfilmado.”

Ao confrontar a violência de Estado que vitimou Evaldo Rosa dos Santos, “máscaras brancas” atualiza uma das principais discussões do psiquiatra martinicano Frantz Fanon: a expressão do quanto a civilização branca e o pensamento ocidental fixaram,

no inconsciente coletivo, os/as negros/as no lugar de tudo aquilo que representasse “[...] o mal, o pecado, a miséria, a morte, a guerra, a fome” (Fanon, 2020, p. 202). A partir da univocidade de seus valores morais, da imposição cultural e de linguagem, do poderio da economia capitalista e da criação discursiva, científica e simbólica do conceito de raça, dentre outras movimentações da branquitude, os/as brancos/as se alocaram em posição de superioridade em relação aos/às negros/as, criando estratégias para que estes/as passassem “[...] por interiorização, ou melhor, por epidermização dessa inferioridade” (Fanon, 2020, p. 25). Neste lugar, os/as negros/as, desde sua cor, são elaborados/as pelos/as brancos/as como os/as agentes causadores/as do fracasso de seu projeto colonial de morte e opressão que se alimenta de sua própria ruína.

Os/As brancos/as lançam aos/às negros/as a culpa pela falência constitutiva de seu modelo civilizatório baseado em mitos tais como o da “democracia racial”, desmascarado por Abdias do Nascimento. E o fazem rotulando os/as negros/as e tudo aquilo que lhes referencia com o discurso da ameaça constante que embarreira os interesses colonizadores de cooptação, catequização e dominação social, econômica, racial e sexual. Nas palavras de Frantz Fanon: “Essa culpa coletiva é carregada por aquilo que se convencionou chamar de bode expiatório. [...] Essa força brutal, opositiva, é o negro que fornece” (Fanon, 2020, p. 204-205). A estrutura genocida e branca atualizada há séculos pelo projeto colonial necropolítico tem na elaboração discursiva do/a negro/a como inimigo em potencial (Mbembe, 2020) a catalisadora da violência que se porta com as armas sempre engatilhadas quando à frente está um corpo negro. Como afirma Jota Mombaça,

É sobretudo no controle sistêmico do trânsito de pessoas africanas livres e afrodescendentes que a polícia vai passar a operar como braço do projeto colonial em sua versão moderna, garantindo a segurança das elites brancas e mestiças e o terror das comunidades empobrecidas e racializadas. (Mombaça, 2021, p. 64)

Portar um corpo negro exposto a essas condições é ter de se confrontar com o excesso da violência racial, que, para Grada Kilomba, “[...] se torna um fantasma, assombrando-nos noite e dia. Um fantasma *branco*” (2019, p. 219, grifo da autora). Na consumação desse assombro, o espectro racista, em constante perseguição a seus alvos por excelência, ao se

deparar com os corpos negros de Evaldo Rosa dos Santos e família, não titubeia e logo dispara: “ao vivo/ e a cores/ o pelotão de fuzilamento/ (menos 1/ que por um instante duvidou do comando)/ atirou contra si mesmo/ na frente do conjunto habitacional.” O poema nos atira uma assertiva: um soldado negro frente a a outro corpo negro, ao matá-lo, acaba atirando contra si mesmo. Essa lógica de mandonismo, hereditária dos capitães do mato, amplia seu recorte racial até mesmo dentro de instituições de controle e segurança como a polícia, visto que os corpos que mais morrem no interior desse aparelho de Estado são os dos policiais negros: “Foram 385 indivíduos em 2017, 437 em 2016, e 372 em 2015. Também nesse caso, as estatísticas do ano de 2017 são lideradas por vítimas negras (56%), contra 43% de brancos” (Schwarcz, 2019, p. 157).

Contra a reverberação dessa estrutura perversa, o poema, em sua segunda parte, interpela o que está por detrás da normalização da violência racial em nosso cotidiano, questionando: “quem conta a história de soldados negros/ que fuzilam uma família negra/ em um dia de sol?”. “máscaras brancas” atribui à palavra poética a manifestação do “[...] inalienável – e intransferível – direito e obrigação não só de protestar, mas de lutar contra todas as formas e disfarces do racismo, sinônimo de exploração, opressão e desumanização” (Nascimento, 2016, p. 151). Desse modo, o poema se soma à luta contrária aos “[...] interesses racistas e capitalistas do colonialismo, até hoje vigentes, os quais vêm mantendo a raça negra em séculos de martírio e inexorável destruição” (Nascimento, 2016, p. 170). Mediante a pergunta “a quem interessa colocar os negros/ na linha de frente/ de mais um enredo de tragédia?”, na direção das manifestações antirracistas que têm incendiado o mundo contemporâneo, “máscaras brancas” busca atingir quem, no decorrer de nossa história, tem dominado a produção dessas mortes. Por fim, em seus últimos versos – “de que cor é a mão que escreve/ a narrativa na qual os protagonistas/ são exterminados no final?” –, se voltando ao manejo das narrativas de dor que suspendem o cotidiano, o poema atira sua revolta contra o real e suas máscaras brancas, que encobrem as peles negras que, mais cedo ou mais tarde, poderão ser suas próximas vítimas.

O POEMA FAZ OUVIR O ESPOCAR DOS TIROS: “EUSÉBIO”, DE JOSOALDO LIMA RÊGO

“Eusébio”, do maranhense Josoaldo Lima Rêgo, insere em *Poemas para ler antes das notícias* a realidade do genocídio contra povos indígenas, que, historicamente, desde

a invasão europeia, “[...] foram dizimados pela violência dos colonizadores brancos, expulsos de suas terras e mortos por moléstias que lhes eram estranhas [...]” (Schwarcz, 2019, p. 162). Na contemporaneidade, o sistema capitalista em sua face neoliberal de uso exaustivo da terra desrespeita os princípios básicos de autonomia, autogestão e relação ancestral com a natureza, sem os quais as pouco mais de 300 etnias sobreviventes no Brasil correm riscos de vida constantes. De forte ligação com o lugar onde viveram seus/as antepassados/as, e mantendo uma relação com a terra que vai da subsistência alimentar à vinculação cosmológica, as compreensões de mundo dos povos indígenas são frontalmente distintas das do agronegócio e da exploração de madeira e minérios, por exemplo. Para Ailton Krenak,

O dilema político que ficou para as nossas comunidades que sobreviveram ao século XX é ainda hoje precisar disputar os últimos redutos onde a natureza é próspera, onde podemos suprir as nossas necessidades alimentares e de moradia, e onde sobrevivem os modos que cada uma dessas pequenas sociedades tem de se manter no tempo. (Krenak, 2019, p. 39-40)

A luta pela sobrevivência dos povos originários no Brasil sofre constantemente com a crescente perseguição e execução de lideranças indígenas por parte de fazendeiros, madeireiros, mineradores, grileiros, ou seus capangas, na tentativa de minar a organização política e a reivindicação por direitos básicos como o direito à terra. Faz parte desse contexto a morte de Eusébio Kaapor, executado a tiros pelas costas em cima da garupa de uma moto, ao voltar para sua aldeia Ximborendá, uma das povoações que formam a Terra Indígena Alto Turiaçu, no interior do noroeste do Maranhão. Assassinado em 26 de abril de 2015, a mando de madeireiros em conflito pela extração ilegal de árvores, as investigações judiciais do crime ainda não conseguiram encontrar nem os pistoleiros nem os mandantes do assassinato.

Entre os/as Kaapor (palavra tupi de significado “povo da mata”), Eusébio foi uma importante liderança na defesa coletiva do pequeno pedaço da floresta amazônica maranhense que é o Alto Turiaçu, além de já ter ocupado o posto de cacique de seu povoado. Afetado por sua morte, Josoaldo Lima Rêgo, poeta, geógrafo e professor universitário, publica “Eusébio” pela primeira vez em seu livro *Carcaça* (2016), abrindo

a seção denominada “Motim”. Nesta parte, o poema se soma a textos com versos como “qual o tempo que uma vida rumina?” (Rêgo, 2016, p. 76) e “ka’apor na mata voa” (Rêgo, 2016, p. 83). Três anos depois de sua primeira publicação, o texto foi selecionado como um dos *Poemas para ler antes das notícias*:

Eusébio
(Josoaldo Lima Rêgo)

eusébio cai morto, tomba da moto no alto turiaçu.
dois tiros trespassam o peito e arrebetam a
pulseira de jaguar. susto – a perspectiva do salto,
um sentido amplo e feroz de morte estoura na
cara do índio. a camisa suja de terra suja de
sangue e gasolina. o barulho dentro do clarão
noturno. a moto segue por alguns metros,
sozinha, depois arrola o metal na mata. um rio
morre assim, eusébio, com pólvora e razão nas
entranhas.

(Cult, 2019, p. 44)

O poema tem início com o espocar dos “dois tiros” que provocaram a execução de Eusébio, que “cai morto, tomba da moto no alto turiaçu”. Partindo do estouro das balas que “trespassam o peito” do ka’apor, o sentido desses súbitos disparos se estende à “pulseira de jaguar” que se arrebeta, e, com ela, se esfacela a representatividade identitária envolvida no uso do adorno. A atmosfera de “susto” predomina e busca reproduzir o choque de Eusébio tomado de assalto por pistoleiros, revelando o encontro do líder indígena com a voracidade engolidora da morte: “um sentido amplo e feroz de morte estoura na/ cara do índio”. A forte imagem de Eusébio morto no chão – “a camisa suja de terra suja de/ sangue e gasolina. o barulho dentro do clarão/ noturno.” – perturba os sentidos do/a leitor/a tanto quanto o espocar dos tiros perturbam o silêncio da noite na mata do Alto Turiaçu.

Diante do corpo tombado do cacique, a máquina é personificada: “a moto segue por alguns metros,/ sozinha, depois arrola o metal na mata.” A ação atribuída à moto é explorada ambigualmente no texto: tanto é a motocicleta desgovernada que cambaleia sem direção no Alto Turiaçu quanto é a motosserra que adentra livremente a mata.

Considerando-se essa última possibilidade interpretativa, com a morte de Eusébio, são alargadas as clareiras das matas sagradas dos/as Ka'apor, pois quando uma liderança é assassinada, abre-se espaço para que sua ligação intrínseca com a terra também seja destruída. Nesse sentido, “A morte do corpo físico acompanha a lógica de expurgar os saberes e as subjetividades produzidas e incorporadas pelos sujeitos que vibram em outro tom e se referenciam por outros modos de racionalidade” (Rufino, 2019, p. 138). A relação das comunidades indígenas com o cosmos consiste na integração que atribui afetos e familiaridade a elementos da natureza como árvores, montanhas, pedras e rios. Logo, essa noção de pertencimento vive em constante conflito com

Essa humanidade que não reconhece que aquele rio que está em coma é também o nosso avô, que a montanha explorada em algum lugar da África ou da América do Sul e transformada em mercadoria em algum outro lugar é também o avô, a avó, a mãe, o irmão de alguma constelação de seres que querem continuar compartilhando a vida nesta casa comum que chamamos Terra. (Krenak, 2019, p. 47-48)

Os interesses extrativistas desprezam a percepção de que, quando um indígena “tomba da moto”, uma árvore também acaba tombando. Nessa relação, por um lado, “Os poderes econômicos e políticos vêm a terra indígena como objeto, como algo pra ser apropriado e explorado [...]” (IPRI; APIB, 2021, p. 15), e, em direção contrária, “[...] as lideranças indígenas assumem que o principal direito a ser defendido é o direito à terra, pois somente a partir dela é que a garantia dos demais direitos pode existir. Sem terra não há vida” (IPRI; APIB, 2021, p. 32). A partir do choque entre essas inconciliáveis visões de mundo e relações com a terra, o assassinato de Eusébio Ka'apor, tal qual um rio poluído, segue o fluxo da morte: “um rio/ morre assim, eusébio, com pólvora e razão nas/ entranhas.” Diante da usura da nossa sociedade para com a natureza e a vida, “Eusébio” traz a *Poemas para ler antes das notícias* a denúncia do genocídio que, quando estendido às Américas, compreende o extermínio de mais de 70 milhões de indígenas (Grondin; Viezzer, 2020), mantendo-se na atualidade em um fluxo contínuo de desrespeito, invasão e sangue, mas que também enfrenta a resistência dos povos originários e suas lideranças.

O POEMA CONTORNA OS SENTIDOS DA AUSÊNCIA: “PRESENTE”, DE DIEGO VINHAS

Partindo da denúncia da “[...] naturalização da violência como grave sintoma social no Brasil” (Kehl, 2010, p. 124), os *Poemas para ler antes das notícias* que figuram neste trabalho buscam por palavras que decifrem o nosso tempo conturbado, ou “[...] a temporalidade de um agônico presente [...]” (Scramim, 2007, p. 25) cindido pelas exceções brasileiras normalizadas em nossa história de traumas como o colonial, o escravocrata e o ditatorial. Nessa direção, “Presente”, do poeta Diego Vinhas, se lança sobre a contemporaneidade e seus sentidos não só de morte, mas também de persistência da vida e da memória que resistem ao apagamento forçado:

Presente
(Diego Vinhas)

de um tempo
esticado
como braços e pernas no cavalete de tortura
esperando o romper das articulações

na rua
alguma latência bruta
que se tenta ocupar à força

a repetir os nomes

P.S.A.N., 47, líder comunitário – presente
F.G.P. dos S., 36, quilombola – presente
C. dos S.M., 40, sindicalista – presente
A.D. de S., 43, pedreiro – presente
M.F., 38, vereadora e feminista – presente

as mortes
únicas e iguais

presente

desse tempo esticado

ontem amanhã

hoje

não sei

(Cult, 2019, p. 16)

Diego Vinhas, nascido em 1980, é poeta cearense de Fortaleza, graduado em Direito, e vem participando como convidado ou organizador de revistas literárias e antologias poéticas, além de já ter publicado alguns livros de poesia. Seu poema inserido na antologia repercute uma visada por sobre o presente a partir da qual a linearidade positivista da história está definitivamente esfacelada. Nesta temporalidade de inspiração benjaminina, “O passado advém em cada momento do presente em que ele é reconhecido” (Scramim, 2007, p. 23), retornando como trauma socialmente recalcado, mas sempre persistente na inabilidade de captar inteiramente o presente vivido. Nesses termos, para Jaime Ginzburg, “O presente permanece inacessível, o real como trauma impõe o peso de uma memória fragmentária e incerta, que não consegue constituir, com a clareza necessária, a imagem do que de fato teria sido vivido” (2017, p. 167).

Ao nos aproximarmos da abstração moderna do tempo, vemos que “[...] a história não seria o lugar de uma sucessão progressiva de acontecimentos num tempo homogêneo e vazio, mas sim o resultado de uma construção de um tempo ‘saturado de *agoras*’” (Scramim, p. 24, grifo da autora). A saturação comum à percepção “de um tempo/ esticado” em “agoras” que se repetem sinaliza que “[...] há uma espécie de permanência do passado ao longo do que se entenderia por presente. Essa permanência é proposta como ausência de superação do passado [...]” (Ginzburg, 2017, p. 154-155). A leitura de “Presente” indica que ainda subsiste no contemporâneo a marca da tortura, que “[...] resiste como sintoma social de nossa displicência histórica” (Kehl, 2010, p. 132): “como braços e pernas no cavalete de tortura/ esperando o romper das articulações”. Não elaboramos/expurgamos coletivamente essa prática de abuso de poder, defendida por muitos/as como “[...] uma espécie de mal necessário imposto pelas condições excepcionais de regimes autocráticos [...]” (Kehl, 2010, p. 128).

O tempo anacrônico da palavra poética revisita o passado recente reatualizado nas salas trancadas de tortura. O presente na poesia demarca uma posição ou um contexto, como um “aqui” situado na escuta dos berros involuntários de dor dos corpos torturados, ou como um “agora” atento aos mínimos rumores de resistência e rebeldia à violência instituída: “na rua/ alguma latência bruta/ que se tenta ocupar à força”. Para que exista em meio à necropolítica, a poesia, nesta época de medo e morte, vai fincando no chão movediço da linguagem as bases que lhe permitem marcar o lugar de sua presença no vendaval do tempo do mundo. E o faz “a repetir os nomes/ / P.S.A.N., 47, líder comunitário – presente/ F.G.P. dos S., 36, quilombola – presente/ C. dos S.M., 40, sindicalista – presente/ A.D. de S., 43, pedreiro – presente/ M.F., 38, vereadora e feminista – presente”.

Diferentemente dos dois poemas anteriormente lidos neste trabalho, em “Presente” o poeta abrevia os nomes completos de vítimas recentes da violência do necropoder, mas evidencia os papéis sociais de relevância política de cada morto/a. Talvez, a importância de a poesia enunciar o nome próprio de uma vítima, para que sua memória não se perca no tempo, seja condizente, em “Presente”, à afirmação das palavras que demarcam o lugar social e o papel político de cada uma dessas vítimas. Dessa forma, se “as mortes” são “únicas”, ao mesmo tempo, elas não deixam de ser “iguais” e coletivas, pois recaem continuamente sobre os corpos de lideranças comunitárias, quilombolas e sindicalistas, de feministas com relevância política, e de homens do proletariado. Em relação a essas mortes repetíveis, corolários da perseguição que determinadas vidas sofrem quando estão em posição de contestação à política instituída, o poema as posiciona em um espaço de perpetuação no tempo do agora: “presente”. É como se essas mortes se incorporassem em nós com outra forma de presença, que não somente a da perda absoluta, e se prolongassem desde “ontem”, alcançando o “amanhã”, e atravessando um “hoje” indefinido.

Esse “tempo esticado” de morte no poema é pensado, portanto, de forma alargada, compartilhando da concepção temporal espiralar de Exu, em que “[...] o presente nada mais é do que uma fração, um recorte arbitrário da realidade expandida ou do alargamento do agora” (Rufino, 2019, p. 25). É nessa amplidão de sentidos do tempo que a poesia se alimenta e encarna a potência ancestral capaz de lhe oferecer sustância à palavra, ou uma “[...] força reconstrutora dos cacos despedaçados que vêm a formar novos seres” (Rufino, 2019, p. 25). A presença da lembrança de nossos/as mortos/as se lança no tempo presente, significando o passado roubado e fundando a necessidade de luta por outros

futuros possíveis, como se reivindicasse a força da ancestralidade de nossos/as mártires na forma de “[...] um contínuo, uma pujança vital e um efeito de encantamento contrário à escassez incutida pelo esquecimento” (Rufino, 2019, p. 25). Firmando-se para além do ato performativo de denunciar cada assassinato, a incorporação da memória de nossos/as mortos/as políticos na antologia demonstra que seus poemas não estão limitados somente ao pranto e à revolta pelas mortes que enunciam. Dizer de um processo coletivo de luto é necessário. A poesia e os/as poetas têm se proposto a isto, mas também querem transformar a dor de um passado recorrente em luta no tempo presente.

O POEMA É UMA ALIANÇA DOS/AS VIVOS/AS COM OS/AS MORTOS/AS

“Presente” soma seus sentidos à luta de grupos sociais historicamente oprimidos, para que mortes como a de Marielle Franco – “M.F., 38, vereadora e feminista – presente” – se tornem símbolos da busca por dignidade, justiça e valorização da vida, bandeiras de toda uma coletividade que partilha e se solidariza das/com as mesmas condições de vida da vereadora assassinada. Enunciados nos *Poemas para ler antes das notícias*, os assassinatos de Marielle Franco, Eusébio Kaapor e Evaldo Rosa dos Santos, ao mobilizarem as escritas dos/as poetas reunidos/as na produção, nos fazem perceber que a poesia brasileira contemporânea tem se manifestado em torno do que Judith Butler denomina como sendo uma face ética do luto. Para a filósofa, a atuação da política hegemônica e sua violência constituinte distribuem diferencial e seletivamente os afetos sociais para com as vidas. Ao negar o luto para determinadas perdas, finda por não reconhecer suas existências, quando vivas, como “vidas”:

Sem a condição de ser enlutada, não há vida, ou, melhor dizendo, há algo que está vivo, mas que é diferente de uma vida. Em seu lugar, “há uma vida que nunca terá sido vivida”, que não é preservada por nenhuma consideração, por nenhum testemunho, e que não será enlutada quando perdida. A apreensão da condição de ser enlutada precede e torna possível a apreensão da vida precária. (Butler, 2016, p. 33)

Na contramão da precariedade que consuma a mortificação de pessoas ainda em vida, os poemas da antologia estudada não somente traçam a elaboração pública do luto pelos/as mortos/as aos/às quais se dedicam, mas também expõem as estratégias necropolíticas de ataque constante a brasileiros/as vitimados/as pela miséria e pela exploração, que, ao invés da velocidade dos tiros, matam vagarosamente. Conforme os versos finais de outro poema da produção, “Para não esquecer nº 8”, de Paulo Ferraz, “Quem viveu na miséria não/ merece morrer para sempre.” (Cult, 2019, p. 28). Ao homenagear Pato N’Água, mestre de bateria fundador da escola de samba Vai-Vai encontrado morto com seu corpo crivado de balas, boiando numa lagoa do município paulista de Suzano, o poema reverencia o sambista vitimado pelo esquadrão da morte, organização paramilitar da ditadura.

O assassinato de Pato N’Água, homem negro e pobre, reverbera no poema através da denúncia da morte que também espregueia outros corpos iguais ao seu, cotidianamente expostos à miséria e à violência de Estado que imperam nas periferias urbanas. Assim, mortos/as e vivos/as forjam alianças nos poemas da antologia organizada por Alberto Pucheu, mobilizando a indignação de seus/as ouvintes e leitores/as em torno de nosso tempo voraz que tem trucidado corpos negros e periféricos. Corpos compreendidos como vidas supérfluas, “[...] uma espécie de vida cujo valor está fora da economia, correspondendo apenas ao tipo de morte que se lhe inflige” (Mbembe, 2017, p. 65). Poemas testemunhais com forte *pathos* e teor de revolta, as produções da antologia afirmam seu incômodo perante a coisificação humana generalizada, pois “Vem de longe o brado de revolta dos poetas contra a desumanização que se alastra, contra a perda de consciência do valor das palavras e da própria vida humana” (Moisés, 2019, p. 234).

Pensar a potencialidade política dos *Poemas para ler antes das notícias* é reconhecer que seus/as poetas escrevem para nos fazer conhecer os nomes de vítimas da necropolítica, podendo, a partir disso, afirmar suas memórias em nosso tempo, indo de encontro a uma segunda morte, a do esquecimento:

Para além da manutenção do genocídio de indígenas e negros, há também o investimento na perpetuação do esquecimento. Essa dimensão é aquela que os iorubás conhecem como a morte espiritual, a morte não física. A empresa colonial mata de inúmeras formas, seja com balas, com a precarização da vida,

com o desarranjo das memórias, com o desmantelo cognitivo, com a coisificação do ser ou com a produção e a manutenção do trauma (Rufino, 2019, p. 129-130).

A memória cumpre o papel decisivo de manter acordada a vigília pelas vítimas e o alerta pelos/as que ainda sobrevivem, para que não continuem a morrer. Seguindo a linha de pensamento de Susan Sontag, “Recordar é um ato ético, tem um valor ético em si mesmo e por si mesmo. A memória é, de forma dolorosa, a única relação que podemos ter com os mortos” (2003, p. 96, grifo da autora). Nomear uma ausência é fazer com que ela exista na memória dos/as vivos/as. Paradoxalmente, ao falar da morte, a poesia atesta a vida. Há vida que persiste, na boca e na grafia dos/as poetas, ao ato último da necropolítica: o silêncio total. Ainda, a poesia nos lembra, conforme “amáveis”, de Danielle Magalhães, que “somos matáveis/ enquanto deveríamos ser/ apenas/ amáveis” (Cult, 2019, p. 10). Em *Poemas para ler antes das notícias*, somos apresentados/as a textos que alardeiam o amontoado de corpos vitimados pela necropolítica. Muito embora esse ajuntamento macabro só aumente de proporção com o passar dos dias, os/as poetas andam entre as largas valas abertas no tempo, identificando cada corpo, relembrando-lhe seu nome próprio, o lugar de onde veio, e sua história.

TO NAME AN ABSENCE IS TO MAKE IT EXIST: POETRY AND POLITICS IN *POEMAS PARA LER ANTES DAS NOTÍCIAS* [POEMS TO READ BEFORE THE NEWS]

ABSTRACT

This paper focuses on the anthology of contemporary Brazilian poetry *Poemas para ler antes das notícias* [Poems to read before the news] (2019), released by the magazine *Cult* and curated by Alberto Pucheu. Through the analysis of three poems – “máscaras brancas” [white masks] by Heleine Fernandes, “Eusébio” by Josoaldo Lima Rêgo, and “Presente” [Present] by Diego Vinhas – we discuss the presence in the anthology of denunciations of recent murders against black and indigenous bodies. Contrary to state violence, the poets highlight the voids left by bodies victimized by racism, echoing their names in the present time and establishing political commitments between the deceased and the survivors.

KEYWORDS: Poetic anthology. State violence. Black people. Indigenous.

NOMBRAR UNA AUSENCIA ES HACER QUE ELLA EXISTA: POESÍA Y POLÍTICA EN POEMAS PARA LEER ANTES DAS NOTÍCIAS [POEMAS PARA LEER ANTES DE LAS NOTICIAS]

RESUMEN

Ese trabajo enfoca la antología de poesía contemporánea brasileña *Poemas para ler antes das notícias* [Poemas para leer antes de las noticias] (2019), publicada por la revista *Cult*, con curaduría de Alberto Pucheu. Mediante la lectura de tres poemas – “máscaras brancas” [máscaras blancas], de Heleine Fernandes; “Eusébio”, de Josoaldo Lima Rêgo; y “Presente”, de Diego Vinhas –, discutimos la presencia en la antología de la denuncia de asesinatos recientes contra cuerpos negros e indígenas. En contramano a la violencia estatal, los/las poetas sitúan los vacíos dejados por cuerpos victimados por el racismo, repercutiendo sus nombres en el tiempo presente y estableciendo compromisos políticos entre muertos/as y supervivientes.

PALABRAS CLAVE: Antología poética. Violencia estatal. Negros. Indígenas.

REFERÊNCIAS

BUTLER, Judith. *Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?* Trad. Sérgio Lamarão; Arnaldo Marques da Cunha. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

BUTLER, Judith. *Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia*. Tradução: Fernanda Siqueira Miguens. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

CULT. Antologia poética, Poemas para ler antes das notícias. Curadoria e edição: Alberto Pucheu. São Paulo: Editora Bregantini, n. 1, 2019. 72 p. (Edição especial)

FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Trad. Sebastião Nascimento; Raquel Camargo. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

GINZBURG, Jaime. *Crítica em tempos de violência*. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Fapesp, 2017.

GRONDIN, Marcelo; VIEZZER, Moema. *Abya Yala!: Genocídio, Resistência, Sobrevivência dos Povos Originários das Américas*. Rio de Janeiro: Bambual, 2020.

KEHL, Maria Rita. Tortura e sintoma social. In: TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir (Orgs.). *O que resta da ditadura: a exceção brasileira*. São Paulo: Boitempo, 2010. p. 123-132.

KILOMBA, Grada. *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Tradução: Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

KRENAK, Ailton. *Ideias para adiar o fim do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

IPRI; APIB. *Uma anatomia das práticas de silenciamento indígena: relatório sobre criminalização e assédio de lideranças indígenas no Brasil*. Filipinas: Indigenous Peoples Rights International, 2021. Disponível em: <<https://apiboficial.org/files/2021/05/UMA-ANATOMIA-DAS-PRA%CC%81TICAS-DE-SILENCIAMENTO-INDI%CC%81GENA-1.pdf>>. Acesso em: 21 jan. 2024.

MBEMBE, Achille. *Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte*. Tradução: Renata Santini. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MBEMBE, Achille. *Políticas da inimizade*. Tradução: Sebastião Nascimento. São Paulo: N-1 edições, 2020.

MOISÉS, Carlos Felipe. *Poesia para quê? A função social da poesia e do poeta*. São Paulo: Editora Unesp, 2019.

MOMBAÇA, Jota. *Não vão nos matar agora*. Rio de Janeiro: Cobogó, 2021.

NASCIMENTO, Abdias do. *O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado*. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 2016.

RÊGO, Josoaldo Lima. *Carcaça*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2016.

RESENDE, Beatriz. *Contemporâneos: expressões da literatura brasileira no século XXI*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra; Biblioteca Nacional, 2008.

RIBEIRO, Gustavo Silveira. A noite explode nas cidades. Três hipóteses sobre *Vinagre: uma antologia de poetas neobarrocos*. *Outra travessia*, Florianópolis, n. 20, p. 165-183, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/Outra/article/view/2176-8552.2015n20p165>. Acesso em: 18 abr. 2024.

RUFINO, Luiz. *Pedagogias das encruzilhadas*. Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2019.

SCHWARCZ, Lilia M. *Sobre o autoritarismo brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SCRAMIM, Susana. *Literatura do presente: história e anacronismo dos textos*. Chapecó: Argos, 2007.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. *A virada testemunhal e decolonial do saber histórico*. Campinas: Editora da Unicamp, 2022.

SONTAG, Susan. *Diante da dor dos outros*. Trad. Rubens Figueiredo. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

Submetido em 25 de janeiro de 2024

Aprovado em 09 de abril de 2024

Publicado em 30 de maio de 2024
